DELIBERAÇÃO AC00 - 2974/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/5110/2018
PROTOCOLO	: 1903410
TIPO DE PROCESSO	: APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA
JURISDICIONADO	: JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS
RELATOR	: CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

EMENTA: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – FALTA DE ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – REMESSA DE DOCUMENTOS – COMPROVAÇÃO – PERDA DO OBJETO – ARQUIVAMENTO.

Comprovada a remessa dos documentos, será determinado o arquivamento dos autos de apuração de responsabilidade, considerando a perda do objeto processual diante da ausência de ofensa ao dever de prestar contas. O atraso no envio deve ser analisado no próprio processo da prestação de contas, para fins de economia e unidade da jurisdição.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 32ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 06 de novembro de 2019, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em determinar o **arquivamento** dos autos de apuração de responsabilidade, pela perda de objeto, em razão da constatação de que os documentos foram entregues.

Campo Grande, 06 de novembro de 2019.

Conselheiro **Waldir Neves Barbosa** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa – Relator

Referem-se estes autos sobre a **APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE** instaurada em face da Prefeitura Municipal de Selvíria, em razão da falta de encaminhamento do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 1º bimestre do exercício de 2018, conforme previsto no inciso I do art. 31 da Resolução TCE/MS nº 54/2016.

A Equipe Técnica, por meio da Análise Conclusiva **ANA – 2ICE – 21948/2018**, consoante revela o exame dos autos, se manifesta: "Verificamos que entre a consulta no Sistema deste Tribunal e a autuação do presente processo, o jurisdicionado encaminhou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 1º bimestre do exercício de 2018. Como neste interregno de tempo houve o envio, solicitamos a extinção dos presentes autos".

O Ministério Público de Contas, através de seu douto representante ministerial, conforme **PARECER PAR – 2ª PRC – 14298/2019**, opinou pela extinção e consequente arquivamento do feito, com aplicação de multa.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa – Relator

O presente processo foi instaurado em virtude da falta de encaminhamento do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, referente ao 1º bimestre do exercício de 2018, mediante sistema e-Contas, contrariando prazo previsto na Resolução TCE/MS nº 54/2016, sujeitando o responsável às sanções pertinentes.

Entretanto, a Equipe Técnica em consulta posterior, ao sistema desta Corte de Contas, constatou o envio do RREO, conforme cópia do recibo de entrega (fl. 11), sugerindo a extinção do processo (fl. 13), decorrente da perda de objeto.

Conquanto a legislação estabeleça a aplicação de multa nos casos em que os documentos são enviados extemporaneamente ao Tribunal para a análise dos atos praticados, atualmente, sobretudo com as alterações ocorridas na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, Lei nº 12.376/2010, por meio da Lei nº 13.655/2018, que acrescentou os arts. 20 ao 30, deve-se ponderar cada situação antes de impor multa, conforme se verifica pela redação do art. 22:

> "Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
>
> § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

> § 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
>
> § 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato."

Assim, havendo apenas o atraso no envio da Prestação de Contas de Governo a esta Corte de Contas nesta via incidental, entendo prudente que a questão seja analisada no próprio corpo do processo da prestação de contas, para fins de economia e unidade da jurisdição, conforme dispõe os arts 4°, "f", 1, e 182 da Resolução Normativa nº 98/2018.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, formulo meu voto com o seguinte posicionamento:

I – pelo **ARQUIVAMENTO** da Apuração de Responsabilidade, pela perda de objeto, em razão da constatação de que os documentos foram entregues, conforme dispõe com fulcro no art. 11, V, "a", da Resolução Normativa nº 98/2018;

II - Pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, em determinar o arquivamento dos autos de apuração de responsabilidade.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relator o Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiro, Ronaldo Chadid, Jerson Domingos, Marcio Campos Monteiro e Flávio Kayatt.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 06 de novembro de 2019.

Conselheiro **WALDIR NEVES BARBOSA**

Relator

NCB/ARP/DSSM